

MEMÓRIA EM MOVIMENTO:

A construção do projeto de uma escola do campo

Carolina de Cássia Ribeiro de Abreu*
Silvia Alicia Martinez**

O presente trabalho sistematiza uma experiência de participação compromissada, vivenciada no período de 1999 a 2003 por um grupo de trabalhadores do assentamento Zumbi dos Palmares no Município de Campos dos Goytacazes junto a outras entidades: Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tal iniciativa objetiva contribuir para a implantação de uma Escola do Campo contextualizada em um projeto popular de desenvolvimento do campo. A experiência foi permeada por uma metodologia participativa concretizada em reuniões, seminários e mobilizações, representando momentos significativos de construção coletiva de conhecimento, visando à edificação efetiva de uma educação que valoriza a cultura e a identidade do campo. Dois anos depois, esse artigo constitui um registro histórico que poderá facilitar a construção de outras estratégias para concretização do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Movimentos sociais. Políticas públicas. Desenvolvimento do campo.

* Mestre em Políticas Sociais/UENF; professora da Faculdade de Medicina de Campos.

** Doutora em Educação PUC/Rio; Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Ser cidadão é caminhar com seus próprios pés e
pensar com sua própria cabeça [...]
Cidadão é aquele que, mesmo sozinho,
é capaz de inventar um belo país.
Não é aquele que fica esperando a ordem,
o elogio ou a crítica do outro.
O cidadão [...] tem motor próprio, não é simplesmente um chassi.
Herbert de Souza, Betinho

1. INTRODUÇÃO

A questão da educação no meio rural no Brasil é especialmente crítica, pois o campo vem sendo desqualificado como espaço prioritário para a implementação de políticas públicas. O Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são alguns exemplos visíveis de que políticas específicas para a população rural não são contempladas. Essas políticas se referenciam apenas na escola urbana, ignorando a desigualdade campo/cidade, manifestada no índice de analfabetismo de 32% no meio rural.

Com relação às escolas que funcionam nas áreas rurais, na maioria das vezes, podemos constatar diversos problemas de ordem conjuntural e estrutural como: distanciamento da realidade, da vida e do trabalho do campo; conteúdos desestimuladores; desvalorização da cultura, dos valores e costumes do campo; calendário escolar desvinculado do calendário agrícola; professores despreparados para trabalhar com a cultura camponesa; descomprometimento com projetos de desenvolvimento agro-ecológico e falta de infra-estrutura e condições materiais. Esses fatores contribuem para o desenraizamento dos alunos, favorecendo o abandono do campo, mantendo altos índices de evasão e defasagem idade/série (ESCOLA..., 2002), além de não propiciar um desenvolvimento da consciência crítica e política sobre a realidade brasileira.

Com a preocupação de contribuir para a construção de um projeto popular de desenvolvimento do campo¹ e de uma Escola do Campo, com concepções e princípios próprios, iniciamos a construção - através da participação de entidades, trabalhadores, movimentos sociais e universidade - de um projeto desta natureza em um Assentamento Rural no município de Campos dos Goytacazes.

O presente trabalho objetiva sistematizar uma experiência de participação compromissada vivenciada no período de 1999 a 2003 por um grupo de assentados, alguns dos quais representantes das associações e cooperativas, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O projeto entende a Escola do Campo como aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (KOLLING, NELLY, MOLINA, 1999, p. 63).

A implantação desta Escola se realizaria no espaço de uma Escola Estadual desativada há 15 anos na comunidade de Campelo, no assentamento Zumbi dos Palmares, e atenderia, a princípio, a demanda de alunos do 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA).

2. OS ASSENTADOS DO ZUMBI DOS PALMARES E A REALIDADE EDUCACIONAL LOCAL

O Assentamento Zumbi dos Palmares, situado na antiga Usina São João, em Campos dos Goytacazes-RJ, possui área de 8.005,3 hectares, divididos em 506 lotes, distribuídos em cinco núcleos. O assentamento é fruto de uma ocupação de terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrida em 12/04/1997, tendo recebido a emissão de posse em 27/11/97. A maior parte da terra ocupada pertence ao município de Campos dos Goytacazes, sendo uma parte do núcleo 5 pertencente ao município de São Francisco do Itabapoana. Todas as fazendas, hoje divididas em cinco núcleos, pertenciam à extinta Usina São João².

A maioria das famílias assentadas é composta de trabalhadores rurais que há muitos anos eram moradores da periferia da cidade. Sobreviviam, até então, do salário obtido na colheita da cana-de-açúcar e, na entressafra, de biscates pela região. Segundo informações das lideranças do assentamento, a maior parte dos trabalhadores era empregada na antiga Usina São João, cuja ocupação da terra foi uma forma indireta de resgatar os direitos que não receberam pelos anos trabalhados.

De acordo com as informações contidas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)³, em um percentual de 50% de famílias entrevistadas, existiam, no ano de 1999, 510 crianças menores de 14 anos, das quais 184 encontravam-se fora da escola. Dos 433 agregados maiores de 14 anos, 170 não se encontravam estudando.

Com o intuito de obter dados precisos e atualizados acerca dessa comunidade, que pudessem subsidiar o desenvolvimento do referido projeto, no ano de 2002 foi desenvolvida uma ampla pesquisa, denominada Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Assentamento

Zumbi dos Palmares, com a participação de diversas instituições: UENF, Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) e CPT⁴. Nessa investigação, foram entrevistadas 254 famílias.

Atendendo à finalidade do presente texto, apresentaremos a seguir apenas os resultados referentes à escolaridade dos assentados que apontam para a necessidade da implementação da escola em questão.

Tabela 1: Instrução dos assentados por série

Série	Zumbi 1	Zumbi 2	Zumbi 3	Zumbi 4	Zumbi 5	Total
Analfabetos	46	9	5	35	7	102
Educação Infantil	5	6	7	16	10	44
1 ^a	9	10	13	16	10	58
2 ^a	19	23	10	28	21	101
3 ^a	24	18	10	24	11	87
4 ^a (demanda para 5 ^a série/ ano 2003)	25	20	17	52	23	137
5 ^a	25	10	5	11	7	58
6 ^a	16	9	2	16	6	49
7 ^a	11	5	7	9	1	33
8 ^a	17	5	2	7	10	41
Ensino médio	10	4	8	8	12	42
Ensino superior	1	1	0	0	0	2

Fonte: UENF/CCH/2002.

As informações acima são relativas à aplicação de 254 questionários e revelam que a demanda para 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries do ensino fundamental alcança 29% (total de 181 pessoas). Acrescentando os/as educandos/as que se encontram ou cursaram a 4^a série (demanda para a 5^a série no ano de 2003), temos um total de 268 alunos/as para a Escola. A maior demanda refere-se à 5^a série, somando um total de 137 alunos, o que corresponde a 22,53% do total.

Introduzindo a variável faixa etária, pudemos constatar que 34,6% dos assentados, que não concluíram o primeiro segmento do Ensino Fundamental, encontram-se entre 7 e 20 anos de idade, representando potencial demanda para a implantação de uma escola que atenda ao segundo segmento do Ensino Fundamental⁵.

Em relação aos adultos, o PDA revela um quadro ainda mais precário: baixo grau de instrução formal e um índice de analfabetismo de 31,8%.

Esta situação foi retratada, também, no Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Assentamento Zumbi dos Palmares. Analisando a relação idade/série, constatamos que 49,4% dos assentados não concluíram o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Destes, 62,6% estão compreendidos na faixa etária entre 21 e 70 anos.

As informações de ambos os trabalhos nos levam a justificar que a Escola contemple um projeto específico, voltado para a Educação de Jovens e Adultos⁶.

Esses dados corroboram a demanda dos assentados, apresentada aos representantes das instituições envolvidas (CPT, MST e UENF) nas discussões realizadas em reuniões sistemáticas ao longo de quatro anos, em função da elaboração do projeto educacional para o assentamento. Essa demanda sinalizava a necessidade de implantação de uma escola que atendesse aos interesses de adolescentes, jovens e adultos de todo o assentamento Zumbi dos Palmares e, se possível, de outros assentamentos e comunidades rurais próximas que desejassem dar continuidade aos ensinos fundamental e médio.

Naquelas reuniões foi discutido qual projeto de escola seria mais apropriado para esta realidade, resultando na opção pela implementação de um projeto de Escola do Campo⁷. À medida que as discussões foram acontecendo, o grupo foi escolhendo e avaliando a possibilidade de reativar e transformar a Escola de Campelo. Através de uma gestão democrática, que articularia trabalhadores assentados, organizações e movimentos sociais como instâncias de discussão e ação privilegiada, pretende-se construir um espaço social que represente a identidade do meio rural, tanto

no que diz respeito à garantia de uma cultura diferenciada, bem como na conquista de um “projeto popular de desenvolvimento do campo”.

Essa escola operacionalizaria uma proposta pedagógica voltada para as questões da realidade do campo, com bases fincadas em um “projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história, à cultura, de quem vive e trabalha no campo” (CALDART, CERIOLI, 1998, p. 4). Deverá constituir-se, num espaço democrático de troca de saberes, tomada de decisões conscientes e de aprendizagens “da”, “na” e “para a” cidadania, que possibilite aos seus integrantes o acesso a reais condições de participação democrática na realidade local e nacional.

A pedagogia proposta é sustentada na posição teórico-metodológica de vários autores (KOLLING, NELLY, MOLINA, 1999; CALDART, CERIOLI, 1998), que defendem uma educação básica do campo que “só se construirá nas matrizes humanistas que vêm de um movimento social que nos remete ao campo dos direitos, direitos de sujeitos concretos, sociais, culturais, que nos remete às grandes finalidades de emancipação humana” (ARROYO, 1998, p. 11).

Diante desta demanda e das questões a ela concernentes, representantes da CPT, um grupo de assentados e assentadas, representantes da UENF (Centro de Ciências do Homem e Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias) e alguns integrantes do MST foram construindo um processo de participação que descreveremos e analisaremos a seguir.

3. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PLURAL NA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DO CAMPO

O processo de mobilização pela implantação de uma Escola do Campo no então “acampamento” Zumbi dos Palmares surgiu em meados de 1999. A partir das primeiras reuniões realizadas através da CPT com os acampados do Zumbi, tomou-se a iniciativa de conhecer diversas experiências em funcionamento no Estado do Espírito Santo, particularmente as Escolas Família Agrícola de Rio Novo do Sul, Olivânia e Alfredo Chaves.

Naquela época, os assentados consideraram as experiências muito significativas, porém, tinham outras prioridades de luta, que foram compreendidas e respeitadas pelas instituições envolvidas.

Essa situação nos remete ao conceito de “assincronismo” apresentado por Torres Santomé (1997, p.7), principalmente ao explicar que “nem sempre os movimentos sociais coincidem entre si em suas reivindicações e/ou nas prioridades pelas quais se organizam para combater formas e situações de dominação.” Os espaços, formas e momentos nos quais diferentes grupos humanos se comprometem com questões de liberdade, justiça e dignidade podem ser múltiplas, tornando-se fundamental aprender a respeitar essa dinâmica de contradições, tensões e assincronias.

A educação, nesse momento, ocupava o quinto lugar na lista de necessidades. A posse da terra em que estavam acampados, a construção das residências, a produção/ comercialização dos produtos e a instalação da luz elétrica os mobilizavam direta e concretamente⁸.

Saneadas essas prioridades, surgiu um anseio maior por parte dos assentados de instalar uma escola de 5a a 8a série e de ensino médio. Os trabalhadores estão atravessando um processo progressivo de

conscientização da necessidade de uma escola que ofereça um aprendizado sistematizado, de acordo com os interesses da sua realidade.

Esta progressiva tomada de consciência não se constitui como um fato isolado do assentamento em questão. Os estudos apontam que, em diversos assentamentos, após a conquista da posse da terra, de condições materiais de produção e de moradia, os assentados começam a compreender a importância da escola, principalmente na vida dos filhos. Começam a vislumbrar que a educação pode se desdobrar em práticas que contribuem para mudanças sociais, instrumento de conscientização e difusão de saberes (VENDRAMINI, 2000, p.162).

Diante deste novo posicionamento, inaugurou-se uma nova fase na luta por uma Educação Básica do Campo no assentamento, que se reflete no movimento pela re-abertura da escola. No início de 2002, iniciou-se um processo de diálogo, materializado em reuniões permanentes com os assentados dos diversos Núcleos do Zumbi, representantes da CPT, do MST e da UENF.

Nestas reuniões, os agricultores mostraram-se realmente interessados na instalação de uma escola que correspondesse aos seus anseios e que educasse seus filhos para a realidade do campo, mas que também lhes fornecesse um diploma que lhes possibilitasse o acesso a outros segmentos do sistema educacional.

O depoimento apresentado em carta enviada à Coordenadoria Estadual de Educação Região Norte-Noroeste Fluminense sintetiza parte das reivindicações manifestas nas sucessivas reuniões:

Entendemos que esta escola seja construída de maneira que atenda nossas necessidades e nos ajude em nossas dificuldades, como fazer nossos jovens permanecerem na terra e que sintam o gosto por ela; que esta escola que sonhamos tenha uma metodologia (de acordo) com nossa realidade e necessidade de trabalhadores/as rurais. (Depoimento da Diretora da Cooperativa de Prestação de Serviço de Campelo e ex-aluna da escola em questão – 17/6/02).

Como forma de organizar e viabilizar a conquista do Projeto por uma Educação Básica do Campo no assentamento Zumbi dos Palmares, foi estabelecida e cumprida, no início do ano de 2002, uma agenda de ações, no sentido de garantir a concretização das propostas que emergiram nos encontros:

- viagem à Escola Família Agrícola de Nova Friburgo, com o objetivo de conhecer como se deu o processo de regularização da escola no Estado do Rio de Janeiro;

- levantamento das demandas por idade e série das crianças do assentamento que se concretizou no Diagnóstico socioeconômico do Assentamento Zumbi dos Palmares;

- realização na/pela UENF de seminário sobre Reforma Agrária e Educação do Campo para os alunos que participariam do diagnóstico⁹;

- organização, pelo MST, de seminário para os trabalhadores dos diferentes assentamentos e acampamentos do município¹⁰;

- reuniões com órgãos públicos, como a Secretaria Estadual de Educação e a Coordenadoria Regional de Educação.

- ato reivindicatório realizado por um grupo de assentados (pais e filhos) na sede da Coordenadoria Regional de Educação, com o objetivo de protestar contra o não cumprimento da promessa de remodelação e abertura da escola.

Compreendendo que a função do Estado, enquanto espaço público e democrático, deve garantir o direito à educação, os sujeitos envolvidos, através de uma participação reivindicativa, desencadearam o ingresso do mesmo como um novo agente no processo de viabilização da Escola. Em visita ao assentamento em julho de 2002, o então Secretário Estadual de Educação, assumiu o compromisso de reforma e inauguração da Escola para aquele ano.

As reivindicações, em princípio, foram assimiladas pelo Estado, que se comprometeu afirmando: “é prioridade para o Governo do Rio de Janeiro inaugurar esta escola ainda este ano” (Depoimento do Secretário Estadual de Educação em visita à Escola). A promessa, porém, não se traduziu na efetivação de ação institucionalizada do Estado já que não foram iniciadas as reformas do prédio da escola, nem nenhuma outra ação.

No entanto, o não cumprimento da promessa serviu para mobilizar o grupo envolvido que realizou um ato na sede da Coordenadoria, além de instigá-lo a discutir a elaboração das diretrizes que viriam sustentar o “Projeto de Educação do Campo para o assentamento Zumbi dos Palmares”. Surgiu, assim, a proposta de realização de um seminário com uma assessora do Coletivo Estadual de Educação do MST/MG, envolvendo a participação de assentados, UENF, MST e CPT.

As questões que permearam este seminário contribuíram para o conhecimento das diferentes experiências existentes de educação básica do campo, da pedagogia da Alternância e da gestão democrática do/no sistema escolar, gestão esta que deve contar com a participação ativa das famílias, associações/cooperativas do assentamento, organizações, movimentos sociais e universidades. O seminário suscitou, também, a elaboração das linhas gerais do Projeto da Escola do Campo do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Cabe assinalar que a realização deste conjunto de ações foi possível a partir do estado de “mobilização permanente” dos assentados e demais agentes envolvidos no processo, destacando que esta concretização representa o envolvimento de sujeitos plurais diversos, comprometidos com o projeto nacional “por uma Educação Básica do Campo”.

Dessa forma, acreditamos estar construindo, consolidando e enriquecendo uma nova consciência democrática, materializada na interlocução de diferentes saberes.

No início do ano letivo de 2003, os atores envolvidos se reuniram com a nova Coordenadora Regional de Educação, rerepresentando as reivindicações pela reabertura da escola. Nesta reunião foi exposto o “Projeto da Escola do Campo do Assentamento Zumbi dos Palmares”, sustentado nos princípios que vêm sendo discutidos no processo. A atual coordenadora dizendo-se ciente do processo, acenou com a possibilidade de reformar a escola no decorrer do presente ano, para inaugurá-la em 2004. Discutiu-se a possibilidade de que, a partir do segundo semestre, sejam realizadas reuniões entre a Coordenadoria e os atores envolvidos a fim de esboçar, em conjunto, o projeto político-pedagógico da referida escola.

Passados dois anos, o que temos materializado em 2005 são dois processos na Coordenadoria Estadual de Educação: um de reforma e um de implantação da escola. Apesar de a demanda por parte dos trabalhadores continuar presente, nenhuma ação concreta foi realizada para viabilização da Escola. Em 2004 foram realizadas duas reuniões junto à coordenadoria, que justificou a falta de recursos e afirmou que o processo continuava tramitando no Rio de Janeiro. A comunidade foi visitada por técnicos de engenharia e educação por várias vezes, porém não ocorreram outras ações. Durante o ano de 2005 foram agendadas três reuniões da comissão com a coordenadoria, porém todas foram desmarcadas por parte da coordenadoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da década de 1990, enquanto a marginalização e a exclusão se afirmavam como conseqüência da implementação das políticas estatais de cunho neoliberal, no contexto da América Latina, novas formas de associativismo foram se construindo e consolidando para resistir e combater essas políticas, através de processos públicos e participativos.

Os grupos heterogêneos que constituem os movimentos sociais acabaram incidindo ativamente nas políticas geradas pelo Estado, propondo novas orientações e ações, favorecendo, assim, o desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades das diferentes culturas da sociedade.

Palco de contradições, o Estado pode ser entendido

como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem [...] demandas e contradições da sociedade civil; é [ou deveria ser] um interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade. [...] O caráter da ação do estado ora assimila ora desativa as reivindicações contidas nas lutas dos diferentes segmentos sociais (DORNELES apud KOLLING, NELLY, MOLINA, 1999, p. 57-58).

No caso que estamos analisando, identifica-se um certo “assincronismo” entre as ações do Estado e as reivindicações dos agentes envolvidos, na medida em que as demandas da comunidade exigem respostas mais velozes, superando as realizações.

Após essa descrição analítica, avaliamos que, no decorrer de todo o processo, os assentados podem ser reconhecidos como atores e sujeitos principais e insubstituíveis. Essa experiência foi permeada por uma

metodologia participativa que, concretizando-se nas reuniões, seminários e mobilizações, representou momentos significativos de construção coletiva de conhecimento. Através de uma troca de saberes, este caminhar poderá possibilitar a edificação efetiva de uma educação que valoriza a cultura e a identidade do campo, tornando realidade as demandas e os sonhos dos trabalhadores e suas famílias.

Hoje, o coletivo de assentados afirma: “depois da terra, a luta pela conquista da educação”. Este lema tem contribuído para sustentar a constante participação compromissada de todos aqueles envolvidos no processo, bem como aumentar a crença na possibilidade da concretização de uma experiência de Educação Básica do Campo, voltada para um projeto popular de desenvolvimento do campo.

Para finalizar, citando o grande educador Paulo Freire (2000, p.133), acreditamos que “aceitar o sonho de um mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo”.

Memory in motion: construction of the Project of Education of Rural Population

Carolina de Cássia Ribeiro de Abreu
Silvia Alicia Martinez

This article presents an experience of committed participation, from 1999 to 2003, of a group of workers from the land settlement Zumbi

dos Palmares, in the municipality of Campos dos Goytacazes, along with other organizations – CPT (Pastoral Land Commission), UENF (University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro) and MST (Brazil's Landless Workers Movement). The objective of this project is to contribute for the implementation of a Rural School as part of a project of rural development. The experience was characterized by a participative methodology involving meetings, seminars and mobilizations, which resulted in significant moments of collective construction of knowledge, and aiming at an effective educational action which values the culture and identity of those living in the country. Two years later, this article is a historical register that may facilitate the elaboration of other strategies for the realization of the project.

KEY WORDS: *Education of rural population. Social movements. Public policies. Rural development.*

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R. **Por uma educação básica do campo.** Texto para reflexão e debate. Versão preliminar. 1998. (mimeo.) 21p.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. **Prazer em conhecer, alegria em conviver.** Coleção Alternância educativa e desenvolvimento local, n. 1, 2002. 43 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000, 134p.

KOLLING, E. J.; NELLY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo:** memória. Unb, n. 1, 1999. 96p.

MST. Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação**, n. 9. 1999. 48p.

MST. Pedagogia da Terra: acompanhamento às escolas. **Boletim de Educação** n. 8, jul. 2001. 64 p.

TORRES SANTOMÉ, J. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. **Revista Brasileira de Educação**, n. 4, jan/fev/mar/abr, 1997.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. 232 p.

ZINGA, M. R. M. **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiários da reforma agrária: um estudo de caso sobre construção de organizações de base no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. (Monografia de Conclusão de Graduação), UENF/CCH, fev. 2002, 57 p.

NOTAS

¹A construção de um projeto de educação básica do campo é fruto de uma mobilização nacional criada em 1996 e conta com a participação da CNBB, MST, UnB, UNICEF e UNESCO. Em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo.

²Os cinco Núcleos compreendem as fazendas que faziam parte do conjunto da Usina São João, quais sejam: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana.

³O PDA foi realizado pelo CEPECAM em 1999, a partir de solicitação do INCRA.

⁴ Este diagnóstico teve por objetivo de identificar questões relacionadas à educação, renda, saúde, produção/comercialização e organização a fim de sistematizar subsídios para futuros projetos que estejam comprometidos com o desenvolvimento do campo.

⁵ Cabe destacar a ausência de unidades escolares que atendam este segmento no entorno do Assentamento.

⁶O PDA sinaliza, na p. 62, a necessidade de reativação da escola de Campelo oferecendo turmas de 5ª a 8ª séries direcionadas para a realidade local, enfatizando as questões rurais.

⁷A construção deste projeto tem sido subsidiada pelas múltiplas experiências acumuladas nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais (CFR), MST e Movimento de Educação Básica

(MEB). A análise destas experiências fundamenta as discussões dos agentes envolvidos na reativação da Escola de Campelo, transformando-a de acordo com a realidade e interesse dos trabalhadores.

⁸ Estes dados são fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2001 pela UENF/CCH/LEAA e podem ser encontrados na monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais/UENF de autoria de Miguel Zinga.

⁹ Este seminário, intitulado Pedagogias em Movimento, teve por objetivo levar os alunos dos Cursos do Bacharelado em Ciência da Educação e Ciências Sociais da UENF e do Curso Normal Superior do Instituto Superior Prof. Aldo Muylaert (ISEPAM) a compreender a realidade na qual viriam a se inserir no trabalho de campo, bem como aos princípios de uma Escola do Campo.

¹⁰ O objetivo deste Seminário, realizado na UENF, foi o de discutir a educação do campo com destaque para a pedagogia do MST. Neste dia, enquanto os universitários entravam dentro do ônibus dando início as atividades do trabalho de campo, alguns assentados chegavam à Universidade para participar do seminário. Concretizou-se, assim, uma significativa troca de espaços entre a academia e o movimento social.